



Ministério Público recebe por mês seis processos de fraude fiscal

DEZ MILHÕES DE EUROS EM FALTA é quanto os Técnicos Oficiais de Conta já detectaram desde Janeiro.

Mónica Silveiras
msilveiras@economicasgsp.com

O Ministério Público recebe cerca de seis processos por mês de evasão e fraude fiscal enviados pelos técnicos oficiais de contas. Desde o início do ano, segundo dados da Câmara deste profissionais (CTOC), já foram feitas aproximadamente 60 participações que implicam um valor superior a dez milhões de euros de imposto em falta.

Domingos Azevedo, o presidente da CTOC, em entrevista ao Diário Económico, denunciou "um conjunto de situações muito significativo de pessoas que continuam a emitir facturas e que já cessaram actividade ou que estão isentas de IVA, e emitem facturas liquidando o respectivo imposto". "Estamos a participar estas acções ao Ministério Público e à Polícia Judiciária porque estamos perante uma fraude", acrescentou.

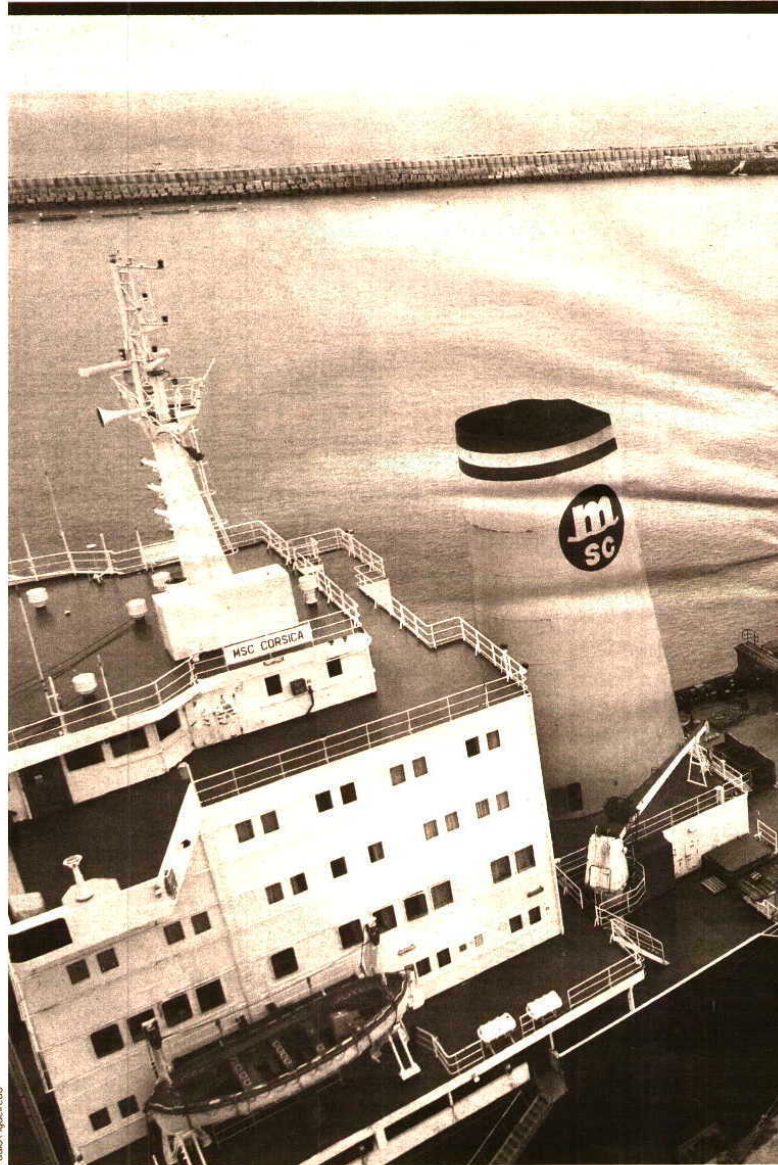
Estas situações continuam a verificar-se apesar do significativo aumento da eficiência da máquina fiscal. Uma eficiência que Domingos de Azevedo lembra que resulta de um conjunto de factores que culminam numa mudança de cultura de que "o crime fiscal compensa". A responsabilização dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC) em situações de irregularidades ajudou a prevenir muitas situações. "A co-responsabilização dos TOC, logo no primeiro ano, teve um efeito imediato por exemplo no Pagamento Especial por Conta que registou um aumento da base tributária de 20 milhões de euros e dos sujeitos passi-

vos cuja participação aumentou em 25 mil", ilustra o antigo deputado do Partido Socialista.

Mas este aumento de eficiência também trouxe problemas. "Corremos o risco muito grande de vermos uma evolução da eficiência fiscal, mas não do tratamento fiscal", afirma. "Houve um crescimento positivo, mas anómalo, dos processos executivos e automáticos, mas não tem havido um crescimento, na mesma dimensão, da salvaguarda dos direitos dos contribuintes", acrescenta o presidente da CTOC. Para colmatar este erro, o responsável defende que basta boa vontade e que quando um contribuinte reclame o processo fique congelado enquanto a Administração Fiscal o aprecia. "O contribuinte reclama, mas como a sua reclamação não é analisada de imediato e entra automática-

mente cobro a esta situação.

Domingos Azevedo afirma que não há, na sua opinião, um excesso de zelo por parte das Finanças, mas é fundamental que assegurar que Estado e contribuintes são vistos no mesmo plano. "A conceptualização que ainda existe em Portugal do contribuinte é que o sujeito passivo é ladrão. E não é. Neste momento, é muito mais a Administração Fiscal que está a ter esse papel do que o próprio contribuinte. Urge, no mais curto espaço de tempo, resolver esta situação. Os contribuintes e Estado, numa relação de direito, estão exactamente no mesmo plano de igualdade - de deveres e de direitos", conclui, admitindo que com tantos erros que a máquina fiscal tem vindo a produzir os cidadãos em breve começaram a solicitar indemnizações ao Estado. ■



Paulo Figueiredo

PONTOS QUENTES DA FISCALIDADE EM PORTUGAL

1 | Direitos dos cidadãos não se vendem

■ "Os direitos não se vendem. O que o Estado fez é perigosíssimo e revela um conceito deformado do que são os direitos dos contribuintes", lamenta o presidente da CTOC, acusando a Administração fiscal de não ter qualquer preocupação com a "verdade material tributária" quando sugeriu o levantamento do sigilo bancário para todos os contribuintes que reclamassem de uma decisão do fisco. "O Estado tem de procurar junto dos portugueses uma boa consciência de cidadania. O caminho que o Governo seguiu foi o da destruição total. Até pode melhorar a quantidade de receita num determinado momento, mas quando se aperceber terá os contribuintes permanentemente a tentar furar as leis", alertou Domingos Azevedo. "Uma conflitualidade permanente entre o Estado e os cidadãos não conduz a lado nenhum", conclui.

2 | Ainda há margem para cobranças coercivas

■ "Ainda há espaço para aumentar as cobranças coercivas". A convicção é de Domingos Azevedo que justifica o facto de ainda haver muitas pessoas fora do sistema vai permitir que durante dois ou três anos continuar a aumentar a receita fiscal por esta via. O presidente da CTOC lembra porém que o ritmo de crescimento destas cobranças vai abrandar.

Não vale a pena fugir
■ O conceito de que não vale a pena fugir começa a surtir efeitos já que as pessoas cumprem voluntariamente.

Aumento da fiscalidade
■ O aumento da fiscalidade que temos assistidos em Portugal não é devido a aumento da carga fiscal, mas sim por um aumento da base tributária.



IVA PODE COMPROMETER SINES

A competitividade do Porto de Sines pode estar em causa se Portugal não adoptar um sistema semelhante ao que é praticado no concorrente porto de Roterdão. Na Holanda é feita automaticamente uma conta corrente com os produtos que são importados de fora da União Europeia. O importador tem direito ao crédito e ao pagamento do IVA, nos produtos importados, o que na realidade dá zero. Portugal está a fazer um primeiro ensaio com a dilatação do pagamento do IVA para 60 dias nas importações. Mas não chega face ao concorrente gigante holandês.

3 Pedir redução de impostos é uma irresponsabilidade

■ O Partido Social Democrata pediu uma redução de impostos já em 2008 é "uma irresponsabilidade." Não sabem do que falam", critica Domingues de Azevedo. O presidente da CTOC defende que estas são medidas que devem ser feitas "com base em opções estruturadas" porque não interessa a Portugal "implementar uma política económica de pára-arranca". O responsável reconhece, porém, que "logo que haja condições", "é importante que se reduza a taxa do IVA para desenvolver a indústria nacional e salvaguardá-la de ataques, sobretudo em zonas raianas onde o diferencial de IVA é muito significativo". Baixar o IVA, acrescentou o responsável é importante "não para aumentar o consumo, porque os portugueses, não têm muito mais por onde se endividarem, mas para dar à indústria as mesmas condições de competitividade".



Marques Mendes
Líder do PSD